

Ruy Castro*

Medo de chuva

Ao menor sinal de garoa -suspeita de nuvens negras no céu-, os EUA estão paralisando os jogos da Copa do Mundo de Clubes, não importa que a cinco minutos do apito final e que as chances de um raio fuzilar alguém sejam menores que a de chover dinheiro. Parece haver algo de errado hoje no país que, na segunda Guerra Mundial, enfrentou mosquitos, tanques e tempestades em Okinawa e Guadalcanal. E cancela de vez um naipe de filmes clássicos de Hollywood em que americanos faziam o diabo abaixo de chuva.

John Wayne e Maureen O'Hara vivem uma fabulo-

sa cena de amor sob o maior toró em "Depois do Vandal" (1953). Wayne toma ainda mais chuva em "Rastros de Ódio" (1956), ao cruzar o Oeste em busca de sua sobrinha Natalie Wood, capturada pelos comanches. O mesmo com Audrey Hepburn, cílios postiços e tudo, à procura de seu gato pelas ruas de Nova York no final de "Bonequinha de Luxo" (1961). E pode haver mais bela seqüência de chuva que a de "Correspondente Estrangeiro" (1940), de Hitchcock, em que um atentado contra um político faz com que a multidão de guarda-chuvas abertos se mova ao

mesmo tempo na praça?

Humphrey Bogart espera em vão por Ingrid Bergman numa estação de trem sob temporal em "Casablanca" (1942). Bogart ainda iria enfrentar um assustador furacão em "Paixões em Fúria" (1948) -incrível que sua peruca não saísse voando em meio a tanto vento. Peter Finch tem seu momento de eternidade sob um pé-d'água em "Rede de Intrigas" (1976). E o que dizer da chuva ácida que não poupa ninguém em "Blade Runner" (1982)?

E será preciso citar Gene Kelly em "Cantando na Chuva" (1952)? Assim como as anteriores, esta era uma chu-

va de estúdio, gerada por um jogo de mangueiras e sprinklers capazes de despejar água em qualquer quantidade -a "máquina de chuva". Mas, chuva falsa ou não, Gene e todos os citados tomaram água de verdade para filmar, e ninguém morreu por isso.

Talvez os estádios americanos estejam temendo processos de torcedores acometidos de espíritos e corizas.

***Jornalista e escritor. Autor das biografias de Carmen Miranda, Garrincha e Nelson Rodrigues. Membro da Academia Brasileira de Letras**

Aristóteles Drummond

O Rio merece apoio federal

O Rio de Janeiro foi capital do Império e da República por 70 anos. Foi capital do Reino Unido e coroou D. João VI como Rei de Portugal, Brasil e Algarves. Não é pouca coisa.

Feita a mudança da capital, a concepção criada por JK da cidade-estado fez da Guanabara um estado próspero, que teve nos seus 14 anos de existência governadores do alto nível de Carlos Lacerda e Negrão de Lima, investimentos em obras fundamentais e instituições para preservar seu prestígio nacional e internacional. A fusão não parece ter sido uma iniciativa feliz do presidente Ernesto Geisel, que parecia implicar com a cidade, pois mandou demolir dois

prédios emblemáticos, o Palácio Monroe, onde foi o Senado, e o edifício do Ministério da Agricultura nas imediações da Praça XV. Mas, em compensação, nomeou governador o Almirante Faria Lima, preparado e que muito fez pela boa integração dos dois estados, tendo reunido uma equipe de bom nível.

Agora, depois de uma sucessão de problemas na economia, na segurança pública e mesmo na política, o Rio sofre um processo de perda de qualidade que precisa ser vencido. Na capital, os projetos de revitalização do Centro, a região portuária repaginada, o aeroporto Internacional retomando relevo e a programação que atrai turistas,

como final do ano, carnaval e shows em Copacabana, sustentam o movimento. No entretenimento e aparelhos turísticos, o setor privado tem cumprido seu papel nas atrações como Pão de Açúcar e Corcovado, como nos investimentos no oceano, roda-gigante, Roxy, novo Jardim de Alah e despoluição da Baía da Guanabara, que já tem banho liberado no Flamengo e Botafogo. Agora a volta da Árvore de Natal, na Praia de Botafogo, patrocinada pelo benemérito Alexandre Acioli.

Falta gerar polos na área econômica, que dependeriam muito do apoio ou iniciativas do governo federal. Um deles seria dar ao Rio a capital do mercado

segurador, pois a maior seguradora, Bradesco, está sediada no Rio, assim como empresas administradoras de planos de saúde. Outra ação é fortalecer de alguma forma a nova Bolsa programada. No aeroporto, poderia haver uma central de carga com alfândega 24 horas para atender à demanda, inclusive de produtos alimentícios no frio. Seria um hub que desafogaria Guarulhos e Viracopos. E, claro, o jogo bem regulamentado. Não tem sentido não termos cassinos e máquinas com essas apostas sem controle pela Internet e as loterias geridas pela Caixa Econômica.

O Rio tem muito a oferecer!!!

Márcio Coimbra*

Invasão Silenciosa

A recente descoberta, por técnicos do governo dos EUA, de que controladores fabricados por empresas chinesas e usados em painéis solares em território americano possuem canais secretos de comunicação, acende um alerta global sobre os riscos da dependência tecnológica estrangeira, especialmente de países com regimes autoritários e estratégias geopolíticas expansionistas, como a China. O fato de esses equipamentos conterem funções não documentadas, capazes de permitir acesso remoto fora dos sistemas de segurança, levanta sérias preocupações de cibersegurança e soberania nacional. Isso revela como a infraestrutura crítica de um país pode ser comprometida por vulnerabilidades inseridas deliberadamente por fornecedores estrangeiros.

Esse episódio norte-americano é apenas um exemplo de um problema muito mais amplo: o uso do investimento chinês como ferramenta de influência estratégica. A China, por meio de seu ambicioso projeto de

expansão econômica global — incluindo a Nova Rota da Seda — tem investido maciçamente em setores essenciais de diversos países, como energia, mineração, telecomunicações e transporte. Em muitos casos, esses investimentos vêm acompanhados de cláusulas contratuais e exigências que comprometem a autonomia regulatória dos países receptores. A dependência excessiva de capital chinês pode tornar essas nações vulneráveis a pressões políticas e econômicas incompatíveis com seus interesses soberanos.

O Brasil, embora em um cenário distinto dos EUA, não está imune a esses riscos. Empresas chinesas já têm participação relevante em áreas estratégicas como energia elétrica (caso da State Grid), telecomunicações (Huawei) e mineração (MMG, CMOG). A ausência de mecanismos de triagem e análise de segurança nacional em investimentos estrangeiros diretos expõe o país a riscos latentes. A longo prazo, a concentração de ativos críticos nas mãos de

atores estrangeiros pode limitar a capacidade de reação do Estado brasileiro frente a eventuais conflitos de interesse ou crises geopolíticas.

Nesse contexto, ganha relevância o Projeto de Lei nº 1051 de 2025, de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly, que propõe a criação do Comitê de Triagem e Cooperação para Investimentos Estrangeiros Diretos (CTIE). Inspirado em modelos já implementados em países como Estados Unidos (CFIUS), Alemanha e Austrália, o comitê teria a responsabilidade de avaliar, condicionar ou até vetar investimentos que possam afetar a segurança nacional, a ordem pública ou setores estratégicos da economia. Adotar esse tipo de mecanismo não significa fechar as portas ao capital estrangeiro, mas garantir que investimentos recebidos estejam alinhados aos interesses de longo prazo do Brasil.

A institucionalização de um sistema de triagem de investimentos estrangeiros é uma medida preventiva necessária

diante do cenário internacional. É uma forma de proteger a soberania nacional, garantir a resiliência das cadeias produtivas estratégicas e manter a capacidade de autodeterminação do país em temas sensíveis. O caso americano com os painéis solares evidencia que vulnerabilidades ocultas podem se transformar em poderosos instrumentos de coerção. A aprovação do PL 1051/2025 colocaria o Brasil em sintonia com as melhores práticas internacionais, inclusive recomendadas pela OCDE, e fortaleceria nossa segurança nacional em tempos de crescente competição geopolítica.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Cientista Político, mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

EDITORIAL

Recurso gringo voltou, mas até quando?

Tarifações 'trunpeanos' à parte, o 'arrocho monetário', agora não criticado pelo Planelto, deve estar na 'gênese' do reiterado interesse gringo no mercado tupiniquim, que exibe o melhor fluxo de capital estrangeiro para um primeiro semestre (1S25) em três anos. Mas a grande pergunta que não quer calar é: até quando?

De acordo com dados divulgados pela B3 (B3SA3), a bolsa brasileira — com base em estudos da consultoria Elos Ayta — foi contabilizado ingresso líquido — aportes que superam os resgates — do início do ano até a última sexta-feira (27), de R\$ 26,21 bilhões. Tal montante é o maior para um primeiro semestre, desde 2022, quando atingiu R\$ 68,75 bilhões

Esse movimento vigoroso representa, até aqui, uma reversão de tendência, uma vez que, nesse mesmo período do ano passado, o fluxo externo havia sido negativo em R\$ 38,86 bilhões, mas positivo em R\$ 23 bilhões em 2023.

O ingresso líquido da primeira metade deste ano é, igualmente, superior ao segundo semestre de 2024 (2S24), quando a entrada líquida não passou de R\$ 14,66 bilhões.

No mesmo 'modus operandi', em junho, em que pese a alta de 1,3% do Ibovespa, o fluxo estrangeiro, no montante de R\$ 4 bilhões, não foi acompanhado por uma mudança substancial na condução da gestão econômica local que motive (ou sustente) sua continuidade em um horizonte, por que não dizer, mais relevante, atestam especialistas.

Ante à magnitude de tais números, só cabe euforia aos investidores do Ibovespa, que bateu recorde em maio último, ao 'cravar' 140 mil pontos, o correspondente a uma expansão de 15% sobre o semestre anterior.

Sem desqualificar a relevância da explicação para tal 'vigor acionário', decorrente da 'rotatividade de recursos' dos EUA, mundo a fora, importa observar a natureza desse capital, em geral, de curta duração, que se remunera e some. Para Pindorama, porém, o que mais importa é o chamado 'investimento estrangeiro direto' (IED), de longa duração, que efetivamente financia o desenvolvimento econômico.

Nesse caso, a questão fiscal volta ao primeiro plano, quando se trata da 'insegurança jurídica' acarretada pelo desajuste flagrante das contas públicas.

A informação como fonte de cuidado

Em tempos nos quais o acesso à informação está a um clique de distância, ainda é preciso lembrar o óbvio: vacina salva vidas. A recente atualização no calendário vacinal do SUS, que passa a oferecer a vacina meningocócica ACWY como reforço para crianças de 12 meses, é mais um avanço da ciência que merece ser celebrado e, acima de tudo, amplamente divulgado.

A substituição da vacina meningocócica C por uma dose mais abrangente, que protege contra os sorogrupos A, C, W e Y, representa um salto na prevenção da meningite, uma doença infecciosa grave que pode deixar sequelas permanentes ou mesmo levar à morte em poucas horas. Essa mudança torna o esquema vacinal brasileiro ainda mais robusto, alinhando-se às melhores práticas internacionais de imunização.

O novo esquema inclui duas doses da meningocócica C aplicadas aos 3 e 5 meses, seguidas por um reforço da ACWY aos 12 meses. Também continua vigente a recomendação de aplicação da ACWY entre os 11 e os 14 anos, conforme o histórico vacinal. A atualização visa ampliar o escudo imunológico da população, protegendo as crianças em fases cruciais do desenvolvimento.

No entanto, a medida só será eficaz se vier acompanhada de uma grande mobilização. A experiência recente com campanhas de vacinação tem demonstrado um dado alarmante: o Brasil, antes referência em cobertura vacinal, vem enfrentando queda nas taxas de imunização. As causas vão desde desinformação e medo infundado de reações adversas até o esquecimento e o excesso de confiança no controle de doenças outrora comuns.

Opinião do leitor

Brilha Bortoleto

Trabalho incrível no Grande Prêmio da Áustria, espetáculo brasileiro, Gabriel Bortoleto conquistou a oitava posição em sua 11ª corrida na Fórmula 1, e marcou seus primeiros pontos na categoria! Que seja só o começo, Bortoleto! Continue evoluindo, está no caminho certo, logo vem pódio.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: SEBASTIÃO LEME É OFICIALMENTE UM CARDEAL

As principais notícias do Correio da Manhã em 4 de julho de 1930 foram: EUA festajam jubilo pela independência do país. Deso-

bediência civil na Índia continua, com a polícia contendo revoluções estudantis. Dom Sebastião Leme recebe das mãos do Papa Pio XI o cha-

pé cardinalício. Chanceler Handerson oferece jantar a Julio Prestes no Foreign Office. CCJ da Câmara é contra Associação Comercial.

HÁ 75 ANOS: COREIA DO SUL RETOMA CONTROLE DE SEUL

As principais notícias do Correio da Manhã em 4 de julho de 1950 foram: UDN programa, antes da convenção no DF, comícios vo-

lantes em prol de Eduardo Gomes. Seul novamente em poder dos sul-coreanos; EUA perdem 12 aviões no combate. Rumores indicam

novo bloqueio de estradas em Berlim Oriental. Iniciado o rescendimento do IBGE, com cooperação da população.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.